

Corte de R\$ 1,4 bi atinge servidores

Governo suspende Adicional por Tempo de Serviço, promoções e concursos no serviço público

Givaldo Barbosa

Eliane Oliveira e Rodrigo França Tavares

BRASÍLIA

Os servidores públicos civis serão, a partir de hoje, os primeiros a sentirem os efeitos do esforço fiscal que o Governo pretende fazer para atingir nas contas públicas um superávit primário (descontado o pagamento de juros da dívida) superior a 3% do Produto Interno Bruto (PIB). O ministro de Orçamento e Gestão, Paulo Paiva, anunciou ontem a extinção do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para os servidores de todos os poderes, com a exceção dos militares, e a suspensão, até 31 de dezembro deste ano, de reajustes, promoções e concursos públicos. Paiva informou que as medidas trarão uma economia de R\$ 1,450 bilhão na folha, com uma redução de R\$ 52,3 bilhões para R\$ 50,8 bilhões.

Foram anunciadas duas medidas provisórias — que devem ser publicadas hoje no Diário Oficial — e uma recomendação da Comissão de Controle e Gestão Fiscal. Nenhuma delas atinge os militares. A primeira MP trata da suspensão de promoções e progressão funcional para funcionários da administração direta, autarquias e fundações, e do fim do ATS, que abrange Executivo, Legislativo e Judiciário. A economia prevista é de R\$ 700 milhões.

— Esse esforço é fundamental para que, em três anos, possamos estabilizar a relação dívida pública/PIB — disse o ministro, acrescentando que o Governo ainda não decidiu se recorrerá à disponibilidade dos servidores em um outro momento.

De acordo com a secretária de Administração Pública, Cláudia Costin, o adicional já incorporado ao vencimento não será retirado do servidor. Até 1995, o ATS era equivalente a 5% por ano efetivo de trabalho. A partir daquela data, o benefício era pago de cinco em cinco anos.

Concursos públicos ficam suspensos

Outra MP suspende a realização de concursos públicos e a nomeação para cargos de provimento efetivo de carreira, ou seja, contratações para cargos efetivos sem DAS (Direção de Assessoramento Superior). Com isso, 7.571 vagas deixarão de ser preenchidas este ano. A redução dos gastos projetada é de R\$ 250 milhões. A medida será aplicada aos funcionários civis do Executivo, com a exceção da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Os concursados só serão contratados se o concurso já tiver sido homologado. Isto ocorre quando é publicado no Diário Oficial um ato afirmado que o órgão está apto para fazer as contratações. O aprovado tem que já ter passado pelo treinamento.

Cláudia Costin disse que quem estiver fazendo provas ou cursos preparatórios não deve desistir, pois a MP prevê a suspensão e não a extinção dos concursos. Será mantido, inclusive, o prazo de validade do concurso e o ano de suspensão não será contado para efeito de perda de vigência.

Já a suspensão de reajustes e de aumentos ou de criação de gratificações e incentivos deve economizar R\$ 500 milhões. O acordo entre Governo e os funcionários relativo ao pagamento de 28,86% não será afetado pela medida, esclareceu Paiva.

O ministro explicou que o Governo vai editar uma MP fixando regras para os acordos pagando um valor estabelecido pelo Governo sobre o vencimento do servidor. Em troca, o funcionário retiraria da Justiça a ação reivindicando o pagamento dos 28,86%. Uma MP em vigor sobre o assunto determina o pagamento em duas parcelas, mas nada foi pago, porque o Governo alegou precisar de tempo para calcular os valores e negociar com os servidores.

— O aumento dos gastos com pessoal tem vários fatores. Um deles é o crescimento vegetativo, por adicionais por tempo de serviço, por promoções e pela progressão funcional. Mas estamos poupano as atividades da área social — disse Paiva.

Representante dos servidores protesta

Segundo o ministro, a previsão de gastos com pessoal em 1999, sem as medidas tomadas, era de R\$ 52,3 bilhões, contra R\$ 47,9 bilhões no ano passado. Ele disse que entre 94 e 98 as despesas com funcionários ativos subiram 28%.

Os funcionários receberam com revolta as medidas. O secretário-geral do Sindicato dos Servidores Públicos (Sindsep), Francisco Machado, disse que foi mais um golpe contra o funcionalismo.

— O Governo não consegue resolver a crise, se endivida pagando juros altos e tira mais de quem já tinha tirado tudo, o servidor público. É inaceitável que um Governo que paga 60 bilhões por ano de serviço da dívida arroche ainda mais os servidores para pagar compromissos com o FMI — disse.



MILTON SELIGMAN e dona Ruth Cardoso, abraçada ao presidente Fernando Henrique, na posse do primeiro como secretário-executivo da Comunidade Solidária, ontem

AS MEDIDAS ANUNCIADAS

- **EXTINÇÃO** do Adicional por Tempo de Serviço (ATS). A medida atinge os servidores públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas não os militares.
- **SUSPENSÃO**, até 31 de dezembro deste ano, de promoções e progressões funcionais no Executivo.
- **SUSPENSÃO**, até 31 de dezembro deste ano, de realização de concursos públicos e nomeações para cargos de provimento efetivo (sem DAS), com exceção da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e dos poderes Legislativo e Judiciário.
- **SUSPENSÃO**, até 31 de dezembro deste ano, de reajustes de remuneração, proventos, salários e de aumentos ou criação de gratificações e incentivos no Executivo.